

O LEGISLATIVO NA ERA DOS FERREIRA GOMES (2006-2018): ALIANÇAS, OPOSIÇÃO E TENSÕES NO CEARÁ

Cleyton Monte¹

RESUMO: O objetivo central do presente artigo é discutir as estratégias utilizadas pelo grupo dos Ferreira Gomes para construir e manter sua base aliada na Assembleia Legislativa do Ceará ao longo dos oito anos de governo de Cid Gomes (2007-2014) e do primeiro mandato de Camilo Santana (2015-2018). São apresentados, brevemente, os principais eixos da tese do *presidencialismo de coalizão* e sua ressonância nos estados. Em seguida, as características da base aliada do grupo, as emendas ao orçamento e o perfil da oposição são analisados. Para a construção desse artigo fez-se uso de dados do portal da Assembleia Legislativa, informações do Anuário do Ceará, reportagens da imprensa local e entrevistas com parlamentares e assessores. Cid Gomes e Camilo Santana conseguiram formar, a partir da eleição de 2006, uma grande e heterogênea base aliada, ampliando-a durante o governo e consolidando-a nas eleições de 2010. O modelo sofreu abalos em 2014 e 2018 mas conseguiu acomodar partidos aliados na administração estadual, valendo-se dos dispositivos constitucionais existentes e de um novo modelo de emendas ao orçamento reforçando assim o predomínio do Executivo.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Ceará. Legislativo. Cid Gomes.

ABSTRACT: The main objective of this paper is to discuss the strategies used by the Ferreira Gomes group to build and maintain their allied base in the Ceará Legislative Assembly over the eight years of Cid Gomes' government (2007-2014) and the first term of office of Camilo Santana (2015-2018). Briefly, the main axes of the coalition presidentialism thesis and their resonance in the states are presented. Then the characteristics of the group's allied base, budget amendments and opposition profile are analyzed. For the construction of this article we used data from the Legislative Assembly portal, information from the Ceará Yearbook, local press reports and interviews with parliamentarians and advisers. Since the 2006 election, Cid Gomes and Camilo Santana were able to form a large and heterogeneous Allied base, broadening it during the government and consolidating it in the 2010 elections. The model was shaken in 2014 and 2018 but was able to accommodate allied parties. state administration, drawing on existing constitutional provisions and a new model of budget amendments thus reinforcing the dominance of the Executive.

KEYWORDS: Politics. Ceará. Legislative. Cid Gomes

Recebido em 23/01/2019

Aprovado em 27/03/2019

¹Doutor em Sociologia (UFC). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM-UFC). Professor da Faculdade Cearense e da Universidade Federal do Ceará. Articulista dos jornais O POVO e SEGUNDA OPINIÃO. E-mail: cleytonmonte@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Para a construção desse artigo, além da observação sistemática dos eventos que ocorreram na política cearense na última década, contei com os dados disponíveis no portal da Assembleia Legislativa, documentação requisitada junto ao Departamento Legislativo da casa e ao setor de orçamento da SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará), reportagens da imprensa local, informações do Anuário do Ceará, entrevistas semiestruturadas com cinco parlamentares, entrevistas informais com cinco assessores políticos dos gabinetes, dois assessores técnicos (um do Departamento Legislativo e outro da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação) e dois funcionários do setor de orçamento da SEPLAG – totalizando 14 entrevistas.

Um grande elemento utilizado para visualizar a coesão da base aliada é sua capacidade de blindar o chefe do Executivo contra investidas da oposição, que utiliza os recursos disponíveis como discursos, requerimentos e tentativas de abrir investigações para pressionar o governo. Nesse sentido, vários escândalos ocorreram, principalmente, ao longo dos oito anos do governo Cid. As grandes questões abordadas são: Como foram as articulações junto aos parlamentares para formar uma das maiores bases políticas já vistas no estado? Qual o papel das emendas ao orçamento nessas alianças? E de que forma se deu a atuação da oposição nesse jogo político?

Dito isso, o artigo está dividido em quatro seções. Inicialmente são apresentados, brevemente, os principais eixos da tese do *presidencialismo de coalizão*, em seguida, verifica-se de qual forma esses fatores podem ser aplicados nos estados, o chamado *ultrapresidencialismo de coalizão*. O objetivo da segunda seção é discutir a produção e manutenção da base aliada dos Ferreira Gomes: as características do parlamento local, os indicadores legislativos, as principais lideranças e a força dos partidos. Na terceira e quarta seções, analisa-se, respectivamente, o processo orçamentário a partir do instrumento das emendas e a atuação da oposição na Assembleia. O fio condutor desse artigo é identificar e compreender como a Era dos Ferreira Gomes conseguiu produzir uma grande base aliada na Assembleia Legislativa e em quais momentos essa força sofreu abalos.

O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM QUESTÃO

Em linhas gerais, Sérgio Abranches² chama de *presidencialismo de coalizão*, o sistema em que o presidente concentra muitos poderes, principalmente no controle do orçamento e nomeação de milhares de cargos. Com prioridade na execução de projetos e grande poder decisório através das medidas provisórias, o presidente tornou-se o maior legislador do sistema político brasileiro. Não contando, entretanto, com uma maioria absoluta nas eleições, o governo deve negociar com os partidos e com os líderes regionais, visando estabelecer uma agenda, daí nascem os termos de negociação, envolvendo cargos na administração e no parlamento. Nesse modelo, o parlamento, reflexo do sistema eleitoral brasileiro, se apresenta fragmentado e com tendência particularista por parte dos deputados federais, favorecendo a constituição de crises institucionais.

Desde o artigo seminal de Sérgio Abranches, muitas análises acadêmicas tentam compreender esse modelo, contemplando questões e enfoques diferentes: os poderes e prerrogativas do presidente da República³, a complexa relação do Executivo com o Congresso Nacional⁴, a distribuição de cargos entre os membros da base aliada⁵, o papel das lideranças partidárias na governabilidade⁶. Grande parte desses estudos aponta para o progressivo avanço do situacionismo na democracia contemporânea, caracterizado, em poucas palavras, pela ampliação dos setores e partidos que passam a apoiar o grupo que está no poder, compondo grandes e heterogêneas bases aliadas⁷.

O modelo proposto por Abranches⁸ foi duramente criticado por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi⁹, os autores, após analisar as votações nominais em diferentes governos,

2 ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n° 1, p. 5-34, 1988.

3 ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão e crise de governança. In: TAVARES, José Antonio Giusti (Org.). O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, p. 75-82.

4 AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 45, n° 2, p. 265-301, 2002;

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, F. Mudança constitucional, desempenho legislativo e consolidação institucional. XVIII Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1994;

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, F. Processo legislativo e produção legal no Congresso Nacional. Caderno de pesquisa CEBRAP, São Paulo, n° 5, out/1996, p. 5-18.

5 REIS, Bruno P. W. O presidencialismo de coalizão sob pressão: da formação de maiorias democráticas à formação democrática de maiorias. Plenarium, Brasília, ano IV, n° 4, mai. p.

80-104, 2007; AMORIM NETO, Octavio. O poder executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 131-141; RENNÓ, Lúcio R. Críticas ao presidencialismo de coalizão no Brasil: processos institucionalmente constritos ou individualmente dirigidos? In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006, p. 259-271.

6 Compreende a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema partidário e o equilíbrio entre as forças políticas de oposição e situação, enfim, são as condições necessárias ao exercício do poder. SANTOS, Fabiano. O poder legislativo no presidencialismo de coalizão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Instituições políticas no controle do Executivo. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 44, n° 4, 2001, p. 689-727.

7 RENNÓ, Lúcio R. Críticas ao presidencialismo de coalizão no Brasil: processos institucionalmente constritos ou individualmente dirigidos? In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006, p. 259-271; REIS, Bruno P. W. O presidencialismo de coalizão sob pressão: da formação de maiorias democráticas à formação democrática de maiorias. Plenarium, Brasília, ano IV, n° 4, mai. p. 80-104, 2007; ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão e crise de governança. In: TAVARES, José Antonio Giusti (Org.). O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, p. 75-82; AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; SANTOS, Fabiano. O poder legislativo no presidencialismo de coalizão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

8 ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n° 1, p. 5-34, 1988.

afirmaram que há no Brasil, principalmente após a constituição de 1988, um alto grau de coesão partidária, prevalecendo um conjunto de dispositivos que acabam anulando os efeitos da “conexão eleitoral”, expostos no monopólio do poder de agenda por um número reduzido de esferas, como as lideranças partidárias, o Colégio de Líderes e, principalmente, o presidente da República, impondo dificuldades a qualquer tipo de aventura particularista dos deputados, evitando qualquer tipo de crise política.

Os estudos sobre o *presidencialismo de coalizão* são utilizados como referência para pensar a dinâmica institucional nos estados, tendo em vista as inúmeras similaridades entre as constituições subnacionais e a carta magna federal, os regimentos internos da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, o sistema partidário, o formato das eleições e a estrutura de negociação. A grande questão que fica é: Se a nível nacional as relações entre o chefe do poder Executivo e o parlamento estão longe de serem harmônicas, marcadas por negociações, ameaças e alianças constantes, com tensões geralmente acompanhando as grandes votações, o que dizer então do cenário político nos estados? Os líderes partidários têm algum controle sobre o processo de votação Legislativa? A distribuição de cargos a partidos aliados segue os mesmos critérios das negociações nacionais?

Tentando compreender esse contexto, Fernando Abrúcio¹⁰ debate, desde a década de 1990, as causas e consequências do poder dos governadores, fenômeno verificado a partir da redemocratização e do fim do sistema centralizador, posto em prática pela ditadura militar, podendo ser percebido com vigor até hoje, principalmente fazendo valer os seus interesses, por intermédio das bancadas federais, em importantes votações no parlamento federal.

Segundo o autor, enquanto na política nacional o presidente sofre inúmeras pressões para ver seu projeto político adotado, lidando com demandas multipartidárias e, não raro, negociações individualistas e fisiológicas, imprensa atuante, oposição articulada e órgãos de fiscalização estruturados, na maioria dos estados, não há um sistema de *checks and balances* (freios e contrapesos) que consiga opor-se a força do governador, isto ocorre por alguns motivos que caracterizam o federalismo brasileiro, tendo como consequência a formação de um ultrapresidencialismo de coalizão nos estados.

9 Argelina Cheibub; LIMONGI, F. Processo legislativo e produção legal no Congresso Nacional. Caderno de pesquisa CEBRAP, São Paulo, nº 5, out/1996, p. 5-18; Processo legislativo e produção legal no Congresso Nacional. Caderno de pesquisa CEBRAP, São Paulo, nº 5, out/1996, p. 5-18.

10 ABRUCIO, Fernando Luís. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec / Departamento de Ciência Política, USP, 1998; _____. Os barões da federação. Lua Nova, São Paulo, nº 33, 1994, p. 165-189.

Um grande fator é a hegemonia dos governadores nas Assembleias Legislativas, realidade explicada pela dependência das bases municipais dos recursos estaduais¹¹. O deputado estadual inserido nessa estrutura, para ter maiores chances de vitória, alinha-se ao governador no período eleitoral, recebendo promessas de no futuro ver atendidas as demandas dos seus distritos eleitorais, aliança que por sua vez garante para o candidato ao governo o apoio de uma liderança na região que atuará como importante cabo eleitoral. Esses acordos, geralmente costurados pelos líderes partidários locais, ganham concretude com a distribuição de cargos na máquina pública. Com pouca oposição no Legislativo e raro controle no Judiciário, o governador desponta como umas das figuras centrais do sistema político brasileiro¹².

Em busca de verificar a passividade e/ou autonomia das Assembleias Legislativas durante a década de 1990, Fabiano Santos¹³ organizou uma coletânea, reunindo pesquisas de cientistas políticos sobre seis estados brasileiros. Ao analisar esses trabalhos verificou-se que não existe um padrão único de relação entre o poder Executivo e Legislativo nos estados, pois enquanto os parlamentos capixaba e paulista apresentaram um amplo predomínio do chefe do Executivo, os Legislativos fluminense e gaúcho se notabilizaram por uma relativa autonomia. Em todos os casos estudados, o governador possuía o controle sobre a agenda política e o Legislativo dispunha de poucos instrumentos eficazes de oposição, como ocorre a nível nacional, sendo a autonomia relacionada principalmente às relações partidárias mantidas pelo governador após as eleições.

As consequências desse movimento de centralização seriam Assembleias mais submetidas à agenda do Executivo e centralizadas internamente na presidência, lideranças partidárias e comissões temáticas, com amplo poder para a coalizão governista. Se o governo em questão conseguir executar seu programa de governo, mais chances terão os deputados governistas de obterem sucesso junto ao eleitorado que aprova o governo. O mesmo ocorre com os parlamentares da oposição quando a população desaprovar a gestão. Esses mecanismos por si só não explicariam a dimensão da delegação dos deputados estaduais, por isso Pereira¹⁴ alerta para a necessidade de se investigar o contexto político em cada estado, destacando a formação e configuração da base aliada e a acomodação dos partidos aliados na administração local.

11 ABRÚCIO, 1994.

12 ABRÚCIO, 1998.

13 SANTOS, Fabiano (Org.) O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Cap. 5, p. 189-219.

14 PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 2, p. 265-301, 2002.

Em estudo realizado pelo Centro de Estudos Legislativos da UFMG com parlamentares de doze casas legislativas estaduais, incluindo Ceará, questionou-se o modelo de representação nos estados. Castro, Anastasia e Nunes¹⁵ constataram que a atividade legislativa dos deputados está intimamente ligada ao tipo de base eleitoral e apoiadores (prefeitos, vereadores, deputados federais, senadores, empresários, líderes comunitários e financiadores de campanha) constituídos pelo parlamentar na eleição anterior. Segundo os autores, em estados como o Ceará, caracterizada por uma menor competição eleitoral e legislativa, tem-se a predominância de ações de cunho distributivo, em que os legisladores fazem maiores investimentos localizados, voltando seu trabalho para um conjunto reduzido de municípios (a base eleitoral).

O LEGISLATIVO NOS GOVERNOS CID GOMES

No caso cearense, o professor Filomeno Moraes se destacou pela preocupação em desvendar a dinâmica institucional do parlamento local. Tomando como referências o Regimento Interno (1996) e a Constituição estadual (1989), Moraes¹⁶ analisou a organização interna e a produção legal da ALECE (Assembleia Legislativa do Estado do Ceará) na legislatura de 1995-1998. Ao verificar a composição partidária da ALECE no Ceará da redemocratização e a força do partido do governador, Moraes atestou o “governismo” histórico no Ceará: “assim, nas eleições de 1982 o PDS obteve a maioria das cadeiras para deputados estaduais; em 1986, foi a vez do PMDB; por fim, em 1990 e 1994, o PSDB foi o partido com a maioria das cadeiras”. Poderíamos ampliar essa análise informando que nas eleições de 2002, o PSDB, partido do governador Lúcio Alcântara, alcançou o maior número de cadeiras.

A exceção fica por conta das eleições de 2006, em que o PSDB, apesar de não ter conseguido reeleger o governador, continuou predominante na Assembleia. Mas esse predomínio se enfraqueceu em 2010, quando o PSB (partido do então governador Cid Gomes), conseguiu eleger o maior número de deputados estaduais. A vinculação partidária comum do governador e do partido hegemônico e a presença de uma coalizão parlamentar majoritária, oriunda das urnas, impossibilitaram pensar numa distinção de comportamentos políticos.

15 CASTRO, Mônica Mata Machado; ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 52, nº 4, 2009, p. 961-1001

16 MORAES, Filomeno. A dinâmica legislativa na Assembleia do estado do Ceará: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.) O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Cap. 5, p. 189-219

HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

Por fim, Moraes destaca que o governador não tem poderes para governar unilateralmente, pois a constituição não lhe oferece oportunidade de editar medida provisória, ocorrendo um *pacto homologatório* entre Legislativo e Executivo no Ceará, uma vez que os deputados aprovam, sem maiores discussões, as propostas do governador, em troca da distribuição de recursos para as bases locais dos parlamentares, confirmando pelo pesquisador ao verificar que, a maior parte das propostas dos parlamentares de alteração do orçamento estadual estava ligada a transferência concentrada de recursos para os municípios, bem próximo do que Fernando Abrúcio¹⁷ encontrou ao investigar, no mesmo período, a Assembleia Paulista.

A dinâmica histórica do Legislativo cearense demonstra ter sido esse poder intrinsecamente situacionista, apesar de registrar conflitos em momentos de transição política. Foi assim em 1987, quando o recém-eleito Tasso Jereissati iniciou seu governo com medidas moralizadoras, visando enxugar o funcionalismo público e reduzir gastos, obtendo a oposição de seus correligionários. O presidente da casa naquele momento, deputado Antônio Câmara (PMDB), se ressentia do tratamento que o governo Tasso dava ao atendimento das bases políticas dos parlamentares. Outro registro de tensão ocorreu em 2001, diante do desgaste do governo das mudanças. Nesse momento se deu o rompimento e, posterior candidatura, de Wellington Landim ao governo do estado no ano seguinte (o parlamentar também trocou de partido, deixando o PSDB e filiando-se ao PSB). Rompendo assim o pacto homologatório entre os parlamentares e o Executivo.

A disputa em 2006 entre Lúcio Alcântara e Cid Gomes, diria muito sobre o próximo governo. Após uma vitória relativamente tranquila e contando com uma grande coligação, Cid Gomes, iria colocar em ação no estado, o que já tinha realizado em suas gestões à frente da prefeitura de Sobral: uma política sem oposição, unindo partidos e lideranças com práticas e convicções as mais variadas. Apesar de vitoriosa, a coligação governista teve que construir um arranjo de governabilidade, pois não contava com o número necessário de parlamentares para aprovar sua agenda de governo. A partir de 2007 o Legislativo teve a participação de 12 partidos. As maiores bancadas foram: PSDB (15), PSB (8), PMDB (7) e PT (3). O PSDB continuava hegemônico no parlamento cearense, apesar de Lúcio Alcântara não ter conseguido a reeleição.

Analisando o primeiro governo de Cid Gomes, Brenda Cunha¹⁸ entrevistou nove parlamentares, de diferentes partidos, para entender a motivação de uma ampla base aliada do atual

17 ABRUCIO, Fernando Luís. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec / Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

18 CUNHA, Brenda dos Santos Barbosa. Poder e consentimento: formação e manutenção da base de sustentação do governo Cid Gomes (2007-2010). 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

governo. Inicialmente, a pesquisadora verificou a base eleitoral dos deputados estaduais eleitos em 2006, chamando atenção para o fato de 75% dos parlamentares cearenses terem obtido uma votação concentrada em alguns municípios, sugerindo, como ocorreu nos governos da “Era Tasso”, uma forte ligação com uma política de alocação de recursos para os municípios/base.

Examinando a distribuição de cargos no primeiro escalão do governo Cid Gomes, Cunha observou que a maioria dos partidos que compuseram a base aliada tiveram representação no governo, proporcionalmente a força eleitoral do partido, assegurando as principais pastas para pessoas de confiança do governador. Essa distribuição pode explicar a satisfação dos partidos aliados com o governo, uma vez que tiveram suas demandas atendidas, confirmando, num primeiro momento, a tese do *presidencialismo de coalizão*. O PMDB ficou com duas secretarias; o PT assumiu quatro; o PCdoB e o PSB uma; o PSDB duas. Os pequenos partidos receberam cargos no segundo e terceiro escalão e as demais secretarias foram ocupadas por personalidades sem filiação partidária - geralmente ligadas pessoalmente ao governador, como foi o caso da nomeação de Izolda Cela, que já tinha sido titular da secretaria da educação em Sobral e passou a ocupar o mesmo cargo a nível estadual.

No governo de Cid Gomes a aliança com o PSDB ocorreu de duas formas, além de ocupar cargos na nova gestão, os parlamentares eleitos pelo partido, em 2006, evitaram fazer críticas diretas ao governador, expondo um modelo de aliança, que só veio a estremecer com a movimentação para eleição de 2010, colocando em campos opostos Tasso Jereissati, que buscava a reeleição e apoiava Marcos Cals ao governo e Cid Gomes, que disputava o segundo mandato e pedia votos para a coligação que contava com José Pimentel do PT e Eunício Oliveira do PMDB para as vagas ao Senado.

A situação dos deputados estaduais do PT representou uma dinâmica mais complexa, tendo em vista a agremiação ter sido sempre de oposição aos governos estaduais. Chegando à condição de governo, os parlamentares se mostraram pragmáticos:

A coesão partidária petista busca contrabalançar os interesses particulares das bases territoriais e bases sociais com a condição de aliado governista. O deputado dirige-se ao plenário, diz palavras a favor de suas bases (eleitorais ou territoriais) e, mesmo que a proposta seja divergente da defendida em plenário, ele vota com o Executivo¹⁹.

19 VIEIRA, M. P. C. O Poder Legislativo no Ceará: Geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. p. 144.

Questionados sobre as causas do apoio no primeiro governo de Cid Gomes, a maioria dos parlamentares citaram várias questões: 1) a habilidade política e o caráter agregador do governador, reunindo lideranças e partidos com posicionamentos distintos; 2) o atendimento eficaz por parte do Executivo, garantindo mais atenção às demandas dos deputados, agilizando a execução de emendas orçamentárias e projetos junto às secretarias de governo; 3) o grande volume de investimentos do governo do Estado, distribuído em várias regiões, possibilitando um maior desenvolvimento ao interior do estado²⁰. Poucas críticas ao governador Cid Gomes foram ouvidas na tribuna da Assembleia, mesmo nos casos em que elas repercutiram na opinião pública.

Em 2010, o partido governista (PSB) conseguiu maioria na casa. 19 partidos tiveram representação, as maiores bancadas foram às seguintes: 1ª - PSB (10); 2ª - PSDB (6); 3ª - PMDB (4); 4ª - PDT (4); 5ª PT (3). A composição do Legislativo mudou inúmeras vezes ao longo dessa legislatura, principalmente em decorrência da criação de partidos em 2012 e 2013 e nomeação de deputados para secretarias de governo. Várias polêmicas marcaram as discussões no Legislativo: as discussões para instalação das CPIs dos Banheiros e dos Consignados; Escândalo da espionagem; Mudanças no Issec e na Previdência; Contribuição de Melhoria; Empréstimo para o Acquário; Reajuste dos professores. Apesar dos debates intensos travados entre base aliada e oposição, nenhuma das propostas do governo foi rejeitada, bem como nenhuma das propostas de instalação de CPI foi adiante.

No segundo governo, ocorreram duas mudanças no secretariado. No início e na metade da gestão. Ao assumir o governo em 2011, Cid muda o secretário de segurança pública, nomeando o Coronel Francisco José Bezerra, mantém o PT com quatro secretárias, aumenta a participação do PMDB, que ganha mais uma pasta; o PC do B continua com a importantíssima secretaria de saúde. O governador também amplia o número de secretários técnicos e mantém as lideranças ligadas diretamente a ele, como os secretários da fazenda (Mauro Filho), planejamento (Antônio Diogo), educação (Izolda Cela) e casa civil (Arialdo Pinho) e chefia de gabinete (Ivo Gomes).

Na segunda reforma do secretariado, ocorrida em setembro de 2013, diante do cenário pré-eleitoral de 2014, Cid anuncia, em sua conta no facebook, mudanças em sua gestão, justificando que as alterações ocorriam para possibilitar que esses nomes pudessem concorrer nas eleições. Mais uma vez a secretaria de segurança sofre desfalque no seu titular, com a saída do Coronel Bezerra e

20 CUNHA, Brenda dos Santos Barbosa. Poder e consentimento: formação e manutenção da base de sustentação do governo Cid Gomes (2007-2010). 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

entrada do delegado da Polícia Federal Servilho Paiva - indicando uma crise com proporções cada vez maiores para a gestão cidista.

O PCdoB foi o maior prejudicado, perdendo o controle da secretaria de saúde, que passava a ser administrada pelo ex-governador Ciro Gomes. Os demais partidos da base aliada, apesar da exoneração de suas lideranças, mantiveram o controle de suas pastas; o PT, por exemplo, registrou a saída de Camilo Santana da secretaria das cidades e Nelson Martins da Agricultura, mas o partido indicou outros nomes para os mesmos cargos.

O poder tradicional e a experiência política nos municípios completam os traços característicos da representação legislativa cearense, tendo em vista que a maioria dos deputados é ligada a tradicionais famílias políticas do interior do estado e muitos já exerceram a prefeitura em suas bases eleitorais. Oriundos de famílias políticas importantes, como os deputados Tomas Filho, cuja família tem forte presença no município de Santa Quitéria; Sérgio Aguiar, ex-prefeito de Camocim e filho do ex-deputado Francisco Aguiar, patriarca de importante família da região norte. O ex-presidente da casa, deputado José Albuquerque, personifica essa influência, sendo membro de uma das famílias mais tradicionais do município de Massapê. Esse modelo não é exclusividade do Legislativo, basta lembrar que os dois últimos governadores do estado, Lúcio Alcântara e Cid Gomes, são oriundos de famílias com forte presença na política há várias décadas.

Para finalizar, é importante apresentar os maiores indicativos da força de uma coalizão governamental. Analisando as duas legislaturas (2007.1 – 2010.2 e 2011.1 – 2014.2), verifiquei que a taxa de sucesso, ou seja, o índice de aprovação das mensagens (Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementar, Projeto de Emenda Constitucional e Decreto Legislativo) do governo Cid Gomes sempre girou em torno dos 98%. No governo anterior (Lúcio Alcântara) essa taxa esteve, em média, nos 90%. No caso do índice de dominância, que se refere à proporção das autorias das matérias aprovadas, o poder Executivo, foi o maior legislador no governo Cid, responsável pela autoria de 75% das matérias nesse período, fenômeno muito próximo do que ocorreu no governo Lúcio Alcântara (72%). Esses dados pouco foram alterados no governo Camilo Santana.

Persistindo a tendência apresentada pelo professor Filomeno Moraes, a pauta do Executivo continua se concentrando em aspectos orçamentários e fiscais, como empréstimos, reajustes salariais e alocação de recursos e na pauta do Legislativo prevalecem às homenagens. Na última legislatura (2014-2018), dos 373 projetos de Lei ordinária apresentadas pelos deputados, 120 dão nomes a equipamentos públicos, 98 criam dias comemorativos, 41 consideram instituições de

utilidade pública e 16 concedem títulos de cidadania cearense. Realidade não muito distante do que ocorre em outras Assembleias Legislativas.

O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO E AS EMENDAS PARLAMENTARES

Perreira e Mueller²¹ e Ames²² afirmam ser a negociação das emendas individuais um dos mecanismos mais importantes de que o Executivo dispõe para negociar suas preferências com o Legislativo, facilitando uma política de troca de favores, em que o presidente libera recursos para a base do deputado, enquanto este retribui com apoio incondicional à agenda governamental, formando uma rede de apoios que seria apenas negociada pelas lideranças partidárias. Marcos Otávio Bezerra²³ mapeou o caminho das emendas dos deputados federais e encontrou uma série de agentes envolvendo prefeituras, empresas e escritórios de assessorias numa prática que em muitos casos levou a prática de corrupção.

Discordando plenamente dessa visão, Figueiredo e Limongi²⁴, ao investigar a aprovação das emendas parlamentares de 1996 a 2001 na Câmara dos Deputados, concluíram que há pouco espaço para os parlamentares alocarem recursos para suas bases, uma vez que o Legislativo vem passando por um processo de racionalização do orçamento, concentrando as decisões em algumas figuras institucionais (líderes partidários e relatores de projetos). Dessa forma, as emendas individuais representaram, segundo os autores, apenas 15% do volume das emendas ao orçamento, ficando os maiores recursos para as emendas de bancada, partidária e regional. Além de não serem poucos os parlamentares que não se interessam por esse processo, preferindo alocar recursos diretamente em programas do governo, pois garantem mais verbas e maior possibilidade de execução.

Poucos estudos abordam esse dilema nos estados. Sérgio Praça²⁵ analisou os regimentos internos dos 27 Legislativos subnacionais e concluiu que grande parte dos estados segue o modelo federal. Segundo o autor, o processo orçamento brasileiro configura-se como um dos mais

21 PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 2, p. 265-301, 2002.

22 AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

23 BEZERRA, Marcos Otávio. Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

24 LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao executivo e programas de governo. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 4, p. 737-776, 2005.

25 PRAÇA, Sérgio. A organização do processo orçamentário nas Assembleias legislativas brasileiras. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 17, nº 60, jan-jun. 2012

centralizados e racionais do mundo. O governador, geralmente com uma coalizão majoritária, consegue indicar aliados para a presidência das comissões de orçamento e relatorias, tornando o processo mais previsível. Isso não quer dizer que não haja negociação, contudo, o debate sobre o orçamento começa bem antes de chegar ao Legislativo.

Investiguei o andamento da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) da ALECE, entrevistei dois assessores técnicos que informaram o andamento do processo. Em todos os casos os presidentes e relatores da comissão foram indicados pela liderança do governo em reunião com os partidos aliados. Da mesma forma que ocorre a nível nacional, os parlamentares podem propor emendas a LOA, LDO e PPA. A LOA é objeto de maiores discussões, pois trata com maior precisão do orçamento anual. As emendas não podem onerar o estado, nem fugir as diretrizes orçamentárias, podem ser individuais ou em conjunto (partido ou comissões). Segundo assessores da comissão e técnicos da SEPLAG, o maior volume de emendas é de origem individual e da comissão de orçamento.

Consegui ter acesso junto a SEPLAG às emendas individuais referentes aos anos orçamentários de 2009 a 2012. A grande questão é: o que propõe os parlamentares estaduais através desse dispositivo? Verificando a planilha com o objeto das emendas, nota-se a grande presença de itens como: reforma de postos de saúde e hospitais, construção de ginásios, adutoras, açudes e estradas em municípios da base eleitoral dos parlamentares. Lembrando que 75% dos deputados estaduais são eleitos com uma votação compartilhada em alguns municípios; o que poderíamos chamar de distritos informais.

Alguns exemplos são interessantes para visualizar esse trabalho. O deputado Dedé Teixeira (PT) propôs emendas nos quatro anos em análise. Os objetos das emendas foram entre outros: construção de rodovia ligando Jaguaruana a Aracati; ginásio poliesportivo, escola profissionalizante e reforma de hospital em Icapuí; estradas, açude e delegacia para Itapipoca. Esses municípios foram importantes redutos eleitorais do deputado em 2006 e 2010. O mesmo ocorreu com o deputado Sérgio Aguiar (PROS), que teve suas emendas direcionadas aos municípios do litoral leste e norte do estado, principalmente Camocim e Granja, que lhe destinaram mais votos nas últimas disputas eleitorais.

Por fim, o deputado Heitor Férrer (PDT), que sempre está entre os mais votados na Região Metropolitana de Fortaleza, concentrou suas emendas nessa região, focalizando a área da saúde. Assim, propôs duas emendas para reformar a emergência da Santa Casa de Fortaleza; uma

emenda para ampliar a unidade de tratamento de cálculo renal do Hospital César Cals e criar o centro de atenção á saúde do idoso.

Sabemos que o orçamento no Brasil é autorizativo, ou seja, o Executivo não é obrigado a executar a Lei Orçamentária. Dessa forma, as emendas dos parlamentares, segundo o setor de orçamento da SEPLAG, na maioria dos casos não são executadas ou são executadas parcialmente. O que faria então esses parlamentares inserirem suas demandas no orçamento quando as perspectivas de execução são mínimas? De acordo com dois assessores parlamentares, os deputados utilizam esse material para demonstrar a atuação dos gabinetes em favor de determinado município. No período de discussão do orçamento são realizados seminários nos principais municípios do estado para apresentar demandas específicas da região – geralmente os prefeitos e vereadores da região marcam presença nessas reuniões. Segundo uma das assessoras da COFT, o próprio relator do orçamento convida os deputados com base nessa região para participarem dos debates.

Contudo, os deputados que são mais próximos do governo, atuam em diversas frentes. Propõem emendas no período de discussão do orçamento e buscam inserir suas demandas diretamente nas secretarias de governo, potencializando as oportunidades de realização de determinado pleito. Mesmo assim as dificuldades de implementação dessas demandas continuavam. Sabendo desses obstáculos o governador criou por decreto o PCF (Programa de Cooperação Federativa). De acordo com esse programa cada deputado estadual teria assegurado em torno de R\$ 1 milhão de reais por ano para realizar projetos junto às prefeituras. Os valores são cumulativos e podem ser utilizados para diversos fins.

De acordo com assessores da SEPLAG, o PCF é pago obrigatoriamente, pois há uma rubrica no orçamento estadual para esse programa – a reserva de contingência. O controle desses repasses é feito pela Casa Civil, que mantém uma planilha com o histórico das parcerias entre os parlamentares e as prefeituras. Segundo os deputados e assessores entrevistados para essa pesquisa, o PCF é o principal instrumento utilizado para atender pequenas demandas das bases eleitorais, apesar de criticarem o valor dos repasses, considerado muito baixo para a grande demanda da atividade parlamentar. Consegui ter acesso ao objeto dos valores do PCF dos deputados Heitor Férrer (PDT) e Eliane Novais (PSB). A maior parte dos recursos se concentra na compra de ambulâncias e reparo em estradas para os municípios – bases eleitorais dos deputados. Uma estratégia bastante utilizada é acumular parte do valor ao longo de dois anos para viabilizar obras maiores.

Os deputados e assessores entrevistados são unânimes em afirmar as dificuldades de realizar alterações de maior impacto no orçamento vindo do governo do estado. Heitor Férrer (PDT) diz que com o tamanho da base aliada, o governo consegue aprovar a LOA e a LDO basicamente como planejado pelo Executivo. Também informam que existe uma distinção informal entre os parlamentares da base aliada. Os deputados do partido do governo, que seguem diretamente as diretrizes do governador e aqueles que têm contato nas secretarias utilizam esses contatos para introduzirem projetos. O deputado Antônio Carlos (PT) lembrou que os seus colegas de partido possuem maior acesso as secretarias da agricultura e cidades – pastas comandadas por petistas.

Todo esse processo é comandado na Assembleia pelo líder do governo e pelo relator geral do orçamento. Com a implementação de instrumentos como o PCF, o governo facilitou o atendimentos de demandas dos parlamentares – uma reivindicação histórica desses políticos. Não podemos afirmar que esse dispositivo foi intencionalmente produzido para atender aos anseios distritais dos deputados, mas, certamente, facilitou a implantação de obras e projetos, que de outras formas estariam engessados pelas atribuições da Lei Orçamentária. Camilo Santana aprimorou esse processo, ampliando recursos do PCF e aproximando os secretários de estado do Legislativo.

A OPOSIÇÃO EM ATUAÇÃO

A oposição no parlamento pode ser pontual, sistemática, baseadas em divergências partidárias, programáticas ou mesmo pessoais. Os atos da oposição se revelam na atuação parlamentar, podemos ter legisladores que se colocam como de oposição, votam com o governo em matérias importantes, mas fazem duras críticas na tribuna e nas comissões temáticas. Raros são os casos de deputados que utilizam todos os instrumentos do Legislativo para fazer oposição, até mesmo porque sua atuação não se resume a essa prática. A força de uma oposição não está necessariamente em seu número, mas na capacidade de se articular em torno de uma pauta comum. Quanto mais fragmentada e heterogênea for a oposição, mais difícil será articular projetos e ações que façam frente ao Executivo²⁶.

Na realidade, poucas lideranças, partidos e parlamentares conseguiram constituir uma oposição articulada e fazer frente aos atos do governador Cid Gomes. Fenômeno percebido em vários legislativos do país²⁷. Não houve, ao longo dos doze anos dos Ferreira Gomes, a formulação

26 SPECK, Bruno; BIZZARRO NETO, Fernando Augusto. A “força” das oposições nas Assembleias legislativas brasileiras. Em debate, Belo Horizonte, v. 4, nº 1, p. 11-20, 2012

27 Idem

de uma agenda comum da oposição, fato que ficou patente nas articulações para as eleições de 2014 e 2018, em que os partidos não conseguiam chegar a um nome comum, sendo que a oposição mais forte foi articulada por um ex-membro da base aliada (Eunício Oliveira). A oposição ao governo se fez presente principalmente nos momentos de difusão de escândalos políticos e as tentativas mais concretas de articulação ocorreram para tentar viabilizar a criação de CPIs.

A Assembleia Legislativa apresentou uma cooperação extraordinária com o governo, tendo em vista que muitas das propostas do governo do estado nem ao menos foram discutidas no plenário e logo seguiram para a aprovação. Nos momentos em que se ensaiou a possibilidade de instauração de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), como ocorreram nos casos dos empréstimos consignados e da CAGECE²⁸, rapidamente a base aliada se articulou e tratou de arquivar as possibilidades de investigação por parte do parlamento. Os deputados Heitor Férrer (PDT) e Fernanda Pessoa (PR) destacam que esse instrumento é importante para a oposição, pois só depende de 12 assinaturas para ser criado. Entretanto, nenhum escândalo foi investigado por meio de CPIs no governo Cid – uma forte demonstração da força de sua base aliada.

A oposição ao governo foi ampliada. Enquanto que no primeiro governo havia ficado restrita ao deputado Heitor Férrer (PDT) e, em raros casos, ao deputado Adahil Barreto (PR), no segundo mandato, Cid Gomes enfrentou a oposição de membros do próprio partido como a deputada Eliane Novais (PSB) e do seu ex-líder de governo, deputado Antônio Carlos (PT). Ainda compunha a oposição os deputados Fernanda Pessoa (PR), filha do ex-prefeito de Maracanaú Roberto Pessoa, inimigo histórico do grupo Ferreira Gomes, João Jaime (DEM) e Roberto Mesquita (PV). Segundo o Governômetro, índice apresentado pelo Jornal O Povo para verificar quem mais acompanhou o governo nas votações, esses parlamentares, excluindo Antônio Carlos, votaram com o governo apenas em 25% das votações de 2011 a 2014. Portanto, dos 46 parlamentares, cinco fizeram oposição sistemática ao governador e um fez oposição de ordem retórica.

Ao entrevistar parlamentares oposicionistas, foi possível verificar as principais dificuldades e possibilidades de ser oposição no Ceará. São perfis e bandeiras distintas, a própria ideia do que vem a ser oposição tem diferentes conotações, entretanto, todos eles tiveram a maior parte de suas votações concentrada na Região metropolitana de Fortaleza – sinalizando um modelo comum de base eleitoral. Alguns elementos são comuns em seus discursos. Ao serem questionados sobre os espaços da oposição num cenário com uma base aliada ampliada, todos, com exceção da deputada Fernanda Pessoa, que prefere apresentar projetos, informaram que a fala na tribuna e o

28 Foram casos envolvendo desvio de finalidade, tráfico de influência e formação de quadrilha, supostamente arquitetados por políticos indicados pelo governador. Os dois escândalos estão sendo investigados pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Federal.

HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

trabalho nas comissões são os momentos por excelência desse tipo de representação, como fica claro na fala do deputado Heitor Férrer (PDT):

Você traz o seu discurso á tribuna, que aí sim ninguém impede que você fale, como não me impediram de falar hoje sobre o descaso de quatro policlínicas que temos no estado do Ceará, que não estão funcionando, construídas a mais de dois anos; então você tem que ir a tribuna para fazer da sua palavra a sua representação, e você tem as audiências públicas, nessas comissões temáticas, pela necessidade de debater o tema e muitas vezes pela pressão de quem pede, as audiências públicas de certa forma, algumas delas, expõem as mazelas do governo. (Dep. Heitor Férrer, Mai/2013).

Importante destacar que os parlamentares de oposição são os que mais fazem uso da tribuna. De acordo com o website da Assembleia Legislativa, somente a deputada Eliane Novais (PSB) realizou, na última sessão legislativa (2014.1), 181 pronunciamentos, enquanto que a maioria dos deputados proferiu, em média, 25 discursos; o próprio líder do governo, deputado Dr. Sarto (PROS), subiu à tribuna 24 vezes. Os parlamentares aproveitam essa oportunidade para fazer críticas e apresentar denúncias contra os atos do governo. Há geralmente dois caminhos: o parlamentar traz alguma reportagem crítica ao governo ou apresenta alguma denúncia que acredita poder ser veiculada brevemente pela imprensa. A estratégia foi acionada também pelos parlamentares conservadores que fizeram oposição no primeiro governo de Camilo Santana.

Devemos lembrar que os pronunciamentos são transmitidos ao vivo pela TV Assembleia e possuem a cobertura da imprensa cearense. Entretanto, as deputadas Eliane Novais (PSB) e Fernanda Pessoa (PR) destacaram que a oposição não recebe o mesmo tratamento dado aos membros da base aliada. Quando se tem a discussão de um tema polêmica, e os parlamentares de oposição marcam posição, no dia seguinte apenas a fala do líder do governo é destacada nos jornais, observação feita por uma das deputadas:

O governo tem um poder também sobre a imprensa, muito grande, então, assim a gente percebe que antes a deputada Fernanda Pessoa saia porque ela não batia tanto, agora que ela começou a bater mais estão começando a apagar ela da imprensa mesmo. A gente trouxe aqui denúncias dos Bombeiros, a gente trouxe várias denúncias e não sai de jeito nenhum (Dep. Fernanda Pessoa, Jun/2013).

Os parlamentares de oposição, além de se destacarem na utilização da tribuna, também são os que mais apresentaram projetos de lei e requerimentos. Segundo o portal da Assembleia Legislativa, Fernanda Pessoa (PR), Eliane Novais (PSB) e Heitor Férrer (PDT) estão entre os que apresentaram a maior demanda de legislação no período (2011/2014). Mesmo sabendo que esses projetos não são em sua maioria aprovados ou sancionados, são indicadores importantes da atuação desses legisladores.

Quanto à ideia de ser oposição, destaca-se que as deputadas Fernanda Pessoa (PR) e Eliane Novais (PSB) afirmaram que fazem um trabalho de oposição sistemática ao governo, criticam a maioria dos atos administrativos. Já os deputados Antônio Carlos (PT) e Heitor Férrer (PDT) informam que analisam cada matéria enviada pelo Executivo, daí tomam posicionamento. O deputado Antônio Carlos (PT) afirma que faz uma oposição muito mais pontual, principalmente no que tange a atos contra os servidores públicos. No início de 2014 esses deputados formaram um bloco informal de oposição, para discutir semanalmente estratégias de ação. Devido à proximidade da eleição, o bloco foi duramente criticado pelos parlamentares da base aliada como sendo de cunho eleitoreiro. A oposição a Camilo a partir de 2015 foi ampliada numericamente e ganhou um perfil mais conservador com a eleição de parlamentares evangélicos como Dr. Silvana e ícones da temática da bala (Capitão Wagner e Ely Aguiar).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de pouco contestado pelo parlamento, Cid Gomes sofreu crítica de alguns sindicatos, movimentos sociais e imprensa, como ocorreu depois de ter recorrido ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a adoção do Piso Nacional dos professores. Foi criticado também por concentrar sua política de segurança no programa Ronda do Quarteirão, uma política, que, segundo especialistas, teve efeitos muito mais propagandísticos do que efetivos, centralizar os investimentos no agronegócio, dar pouca atenção à agricultura familiar e não negociar com servidores públicos em greve. Também sofreu críticas em escândalos como o cachê da cantora Ivete Sangalo, a utilização de um Buffet milionário nas recepções governamentais, favorecimento de empresas em licitações, nepotismo entre outros.

Entre 29 de dezembro de 2011 e 3 de janeiro de 2012, Cid Gomes enfrentou uma crise de grandes proporções na segurança pública, com a greve da polícia militar e do corpo de bombeiros, paralisando as forças estaduais de segurança nas principais cidades do estado, gerando crimes e boatos e causando pânico, principalmente em Fortaleza. O governador solicitou ao

governo federal o apoio das Forças Nacionais de Segurança, que ocuparam várias ruas do centro e áreas nobres da capital²⁹. Em junho de 2013 o governo Cid, juntamente com vários governantes pelo país, foi duramente criticado por manifestações que discordavam, entre outras questões, dos gastos realizados com as Copas da Confederação e do Mundo. Contudo, ao longo dos seus governos, as pesquisas de opinião divulgavam altos índices de popularidade e o estado do Ceará, contando com a parceria estratégica do governo federal, apresentou um dos maiores crescimentos na taxa investimento público do país, com reflexo direto na ampliação do PIB. Camilo Santana conseguiu reforçar os investimentos do grupo, manter a base aliada e não registrou grandes escândalos de corrupção.

Para resumir, podemos destacar que Cid Gomes conseguiu formar, a partir da eleição de 2006, uma grande e heterogênea base aliada, ampliando-a durante o governo e consolidando-a nas eleições de 2010, acomodou partidos aliados na administração estadual, mantendo uma margem para nomes de sua escolha pessoal, fez uso com habilidade de uma coalizão majoritária, influenciando na escolha da mesa diretora e lideranças partidárias. Como ex-presidente da casa conhecia a tendência situacionista da casa e as demandas históricas dos parlamentares, valendo-se dos dispositivos constitucionais para reforçar o predomínio do Executivo, blindando-o de possíveis ameaças. Utilizou o processo orçamentário para consolidar sua base de apoio, principalmente dos parlamentares com maior proximidade. A oposição, mesmo ampliada, não conseguiu aprovar suas demandas. Mesmo com todas as dificuldades, incluindo a fragmentação da base aliada nas eleições de 2014, Cid Gomes conseguiu eleger seu candidato, o deputado estadual Camilo Santana do PT, numa coligação formada por 18 partidos. Em 2018, Camilo se reelege com 24 partidos aliados e uma forte aliança no Legislativo cearense. As maiores batalhas que enfrenta no parlamento local estão na ordem ideológica, com projetos que refletem o embate entre bolsonaristas e progressistas no cenário nacional.

²⁹ FARIAS, Airton de. História do Ceará. Fortaleza: Armazém da cultura: 2012.